



3009 - Trabalho Completo - 2ª Reunião Científica Regional Norte da ANPEd (2018)
GT 05/GT 11 - Estado e Política Educacional e Políticas de Educação Superior

Base Nacional Comum Curricular: Implicações no Sistema de Avaliação da Educação Básica- Saeb
Mirian Souza da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
Cleudilanda Paula Pimenta da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
Maria Dulciléa Bezerra Chaves - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

RESUMO

O ensaio discorre sobre os impactos que o Sistema de Avaliação da Educação Básica sofrerá em decorrência da implantação da Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil e Ensino fundamental, aprovada em dezembro de 2017. Tem-se como objetivo discorrer sobre as mudanças que ocorrerão no Sistema de Avaliação da Educação Básica após homologação da BNCC. O texto dará continuidade à pesquisa intitulada: A Prova Brasil como política de avaliação em larga escala: implicações sobre o currículo escolar e o trabalho pedagógico em escolas municipais de Rio Branco/AC que foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação, na Universidade Federal do Acre e está vinculada a linha de pesquisa Políticas e Gestão Educacional. Após as considerações iniciais, o texto aborda alguns pressupostos acerca da Avaliação em Larga Escala, seguido de um breve histórico sobre a institucionalização do Saeb no Brasil e finalizando com as indicações de mudanças no Saeb no contexto da BNCC. Conclui-se apresentando que embora as avaliações que já compõem o Sistema de Avaliação da Educação Básica passem por alguns ajustes, a mudança de maior relevância será a implantação da Avaliação Nacional da Educação Infantil (ANEI), prevista para 2021.

Base Nacional Comum Curricular: Implicações no Sistema de Avaliação da Educação Básica- Saeb

Mirian Souza da Silva[1]

miriansouza16@hotmail.com

Cleudilanda Paula Pimenta[2]

cleudilandapaula@hotmail.com

Maria Dulciléa Bezerra Chaves[3]

dulcilea.chaves@gmail.com

RESUMO

O ensaio discorre sobre os impactos que o Sistema de Avaliação da Educação Básica sofrerá em decorrência da implantação da Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil e Ensino fundamental, aprovada em dezembro de 2017. Tem-se como objetivo discorrer sobre as mudanças que ocorrerão no Sistema de Avaliação da Educação Básica após homologação da BNCC. O texto dará continuidade à pesquisa intitulada: A Prova Brasil como política de avaliação em larga escala: implicações sobre o currículo escolar e o trabalho pedagógico em escolas municipais de Rio Branco/AC que foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação, na Universidade Federal do Acre e está vinculada a linha de pesquisa Políticas e Gestão Educacional. Após as considerações iniciais, o texto aborda alguns pressupostos acerca da Avaliação em Larga Escala, seguido de um breve histórico sobre a institucionalização do Saeb no Brasil e finalizando com as indicações de mudanças no Saeb no contexto da BNCC. Conclui-se apresentando que embora as avaliações que já compõem o Sistema de Avaliação da Educação Básica passem por alguns ajustes, a mudança de maior relevância será a implantação da Avaliação Nacional da Educação Infantil (ANEI), prevista para 2021.

Palavras-chave: BNCC – Avaliação em Larga Escala – Saeb

Considerações iniciais

O presente ensaio dará continuidade à pesquisa realizada para elaboração do capítulo teórico da dissertação de Mestrado que foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação, na Universidade Federal do Acre (UFAC) e está vinculada a linha de pesquisa Políticas e Gestão Educacional. A dissertação discorreu mediante recorte acerca dos efeitos que a Prova Brasil, como política de avaliação externa, vêm provocando no trabalho pedagógico e currículo escolar em escolas da rede municipal de Rio Branco/Acre.

Na ocasião da pesquisa, que resultou na dissertação citada, foi realizada uma abordagem teórica acerca de alguns pressupostos sobre Avaliação em Larga Escala, tendo em vista que o Sistema de Avaliação da Educação Básica- Saeb é composto por um conjunto de avaliações deste tipo. Para tanto, inicialmente foram apresentados conceitos gerais e caracterização da avaliação em larga escala em que tivemos como referencial Pacheco et. al. (2014) que aborda sobre avaliação externa das escolas, realizando um quadro conceitual, partindo da realidade das escolas de Portugal; Afonso (2009) que faz uma análise crítica sobre desenvolvimento de prestação de contas e responsabilização que são baseados em testes estandarizados e rankings escolares; além das contribuições de Freitas et. al. (2009) que analisam a avaliação educacional na perspectiva de crítica às influências liberais, enfatizando a estratégia que envolve medição de resultados que leva em consideração desempenho de alunos seguido de responsabilização e meritocracia.

Foram abordados também aspectos relacionados à institucionalização do Saeb, tomando como base de apoio as ideias de Gatti (2002, 2014) que reconhecidamente é uma estudiosa da temática da avaliação com vários trabalhos publicados sobre a implantação do Saeb, além de Bonamino e Sousa (2012), Bonamino e Franco (1999) e Coelho (2008), os quais auxiliam a compreender o processo de institucionalização do Saeb no sistema de educação brasileiro.

Para este ensaio daremos continuidade a análise acerca da reformulação do Sistema de Avaliação da Educação Básica- Saeb, partindo da ocorrida no ano de 2005 pela Portaria nº 931 até o contexto mais atual, com a homologação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, em dezembro de 2017.

Diante do que foi exposto, teremos para este texto como objeto de estudo, os impactos que o Sistema de Avaliação da Educação Básica sofrerá a partir do contexto da implantação da Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil e Ensino fundamental, aprovada em dezembro de 2017.

Como problemática traçamos: O que muda no Saeb a partir da implantação de uma Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil e Ensino Fundamental em nosso país?

Com vistas a encontrarmos respostas para a problemática traçada, definimos como objetivo, discorrer sobre as mudanças que ocorrerão no Sistema de Avaliação da Educação Básica após homologação da BNCC para Educação Infantil e Ensino Fundamental.

O presente ensaio que será aqui apresentado trará a princípio alguns pressupostos acerca da Avaliação em Larga Escala, seguidos de um breve histórico sobre a institucionalização do Saeb no Brasil e finalizando com as indicações de mudanças no Saeb.

Algumas considerações sobre Avaliação em Larga Escala

Mediante abordagens realizadas por Freitas (2009) a avaliação da aprendizagem, aquela que é realizada em sala de aula pelo professor sendo a mais conhecida no meio da avaliação educacional, não pode ser tomada e entendida como o único molde de avaliação existente. O autor afirma que não podemos deixar por esquecido que a educação escolar é regulada pelo Estado, pois a escola é uma instituição cuja posse a ele pertence.

Levando em consideração a compreensão de que a escola é instituição regulada pelo Estado faz sentido então considerar diferentes níveis de avaliação: "tanto da instituição escolar, denominada de *avaliação institucional*, como do próprio sistema como um todo, *avaliação de redes de ensino* (FREITAS, 2009, P. 9)". Dando continuidade, o autor postula a existência de pelo menos três níveis de avaliação: avaliação em larga escala em redes de ensino (realizada no país, estado ou município); avaliação institucional da escola (feita em cada escola pelo seu coletivo); e a avaliação da aprendizagem em sala de aula, sob responsabilidade do professor (FREITAS, 2009, P. 10).

A partir do exposto pode ser observado que os três níveis de avaliação citados pelo autor acontecem partindo de três esferas: por agentes externos à escola – país, estado ou município, por agentes externos à sala de aula, mas não fora do contexto escolar – a escola – e a avaliação dentro da sala de aula, aquela que tem o professor como responsável. Sobre os diferentes níveis de avaliação Schneider (2013) sugere que a diferença fundamental existente entre os níveis de avaliação refere-se exatamente nas finalidades das mesmas que são divergentes.

Nesse estudo o olhar está voltado para avaliação em larga escala, razão pela qual a ela será dado mais ênfase. Freitas (2009) defende que a avaliação que pode ser chamada de avaliação em larga escala é um mecanismo que acompanha de forma global redes de ensino e apresenta-se com o objetivo de traçar desempenho de sistemas de maneira histórica, permitindo verificar tendência ao longo dos anos, com intuito de "reorientar políticas públicas".

As avaliações que ocorrem em larga escala, caracterizam-se pelo uso de testes padronizados, com aplicação externa, possuindo foco nos estudantes, nas escolas, nas redes ou nos sistemas de ensino. As avaliações em larga escala possuem como objetivo mensurar o desempenho dos estudantes em todos os níveis de ensino. Possui o termo larga escala, pois se refere à extensão alcançada, ou seja, o teste abrange uma grande proporção da população ou grupo tomado como referência (DURLI; SCHNEIDER, 2011).

De acordo com Costa (2009) essas avaliações surgiram para cumprir com as exigências do novo modelo de Estado sob ótica do neoliberalismo. O Estado desta feita passa a ter a função de regulador a partir de regras apontadas pelo mercado econômico, ou seja, regulação no sentido de que as políticas de Estado devem dar conta de regular a sociedade para que esse modelo de Estado possa operar livremente.

Realizando estudo mais a fundo sobre o Sistema de Avaliação em Larga Escala podemos notar que o mesmo apresenta argumentos positivamente favoráveis, da mesma forma que possui argumentos desfavoráveis. Apresentamos abaixo, as principais ideias favoráveis ao Sistema de Avaliação em Larga Escala, de acordo com as análises de Bauer; Alavarse; Oliveira (2015):

- A avaliação responsabilizando escolas, professores ou até mesmo alunos, faz com que os mesmos fiquem mais comprometidos, sentindo-se desafiados e busquem melhoria de suas práticas, além de realizar transparência sobre os processos e resultados das avaliações;
- Por meio da transparência por resultados as famílias podem analisar e optar por uma ou outra escola, fazendo assim com que as escolas busquem melhoras;
- Com a existência de um currículo básico comum, as avaliações permitem realizar comparações entre alunos de diferentes lugares do país, bem como a gestão de uma escola pode comparar o desempenho da sua com a de outros de diferentes lugares do país, por meio da divulgação das médias.
- Como essas avaliações são objetivas e a correção é realizada por meio de computadores, os resultados são de maior precisão e credibilidade. Esses resultados podem ser utilizados como informações que possibilitam fazer um estudo ao longo dos anos e mediante isso elaborar políticas públicas educacionais visando melhorias na educação no país;

Paradoxalmente às defesas apresentadas ao Sistema de Avaliação em Larga Escala, obtemos também várias críticas entre elas, destacamos algumas:

- O papel que as avaliações vêm assumindo, de prestação de contas e responsabilização (*accountability*). As políticas de *accountability* podem ser entendidas principalmente como forma de responsabilização, em que por elas tornam-se públicos dados sobre desempenho do trabalho desenvolvido nas escolas e mediante esses dados a cor responsabilização dos gestores e professores pelos resultados alcançados (BROOKE, 2006);
- Estas avaliações estão aliadas a um novo modelo de gestão educacional. As políticas neoliberais têm alcançado o campo educacional trazendo o princípio da competência, propondo modelos gerencialistas no sistema educacional. De acordo com Hypólito, Vieira e Pizzi (2009), o gerencialismo vem sendo implantado nas políticas educacionais buscando novos modelos de gestão e currículo escolar, bem como implementar formas de gestão e de governo na formação do indivíduo;
- A responsabilização de escolas e professores interfere diretamente na autonomia dos docentes, muitas vezes induzindo o professor a como direcionar um determinado conteúdo;
- Esse tipo de avaliação pode provocar competições entre escolas, ocasionando muitas vezes, que pela busca desenfreada de resultados, os professores treinem os alunos para resolverem as avaliações, privando os alunos de um aprendizado mais significativo. Treinamento este que pode interferir intrinsecamente no currículo escolar, fazendo com que os professores sintam-se pressionados a focar somente nos conteúdos e disciplinas que são cobrados nessas avaliações;
- Professores e também alunos podem sofrer um mal estar, devido à cobrança exacerbada em busca de bons resultados nas avaliações, o que muitas vezes pode gerar problemas sérios de saúde;
- Para além do que já foi mencionado, temos também em alguns casos o aumento da desigualdade, uma vez que a escola, a gestão e professores por serem pressionados por bons resultados, acabam investindo mais nos melhores alunos, uma vez que estes que podem elevar o índice da turma/escola.

Feitos esses esclarecimentos de ordem geral sobre a avaliação em larga escala, a partir daqui serão expostas questões que auxiliam a demarcar como ocorreu o surgimento de um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica no Brasil (Saeb).

Institucionalização do SAEB

De acordo com Coelho (2008) desde as reformas dos anos 30 que vem sendo manifestado interesse por um sistema nacional de avaliação da educação básica no Brasil. No entanto, uma proposta inicial só veio a ser formalizada no final dos anos 80 do século passado.

Para Bonamino e Franco (1999) a institucionalização do Saeb – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica teve implicações externas, entre elas, o Relatório de Coleman (1966)[4], Relatório de Plowder[5], na Inglaterra, e ainda de pesquisas similares que foram desenvolvidas na França logo em seguida, ambas tinham objetivo de avaliar diferentes aspectos educacionais. Os autores ponderam sobre a obra “Educação e Desenvolvimento Social no Brasil” escrita por Cunha em 1972 e publicada em 1975 na qual já se apontava a falta de um sistema de avaliação da educação e se constatava a ausência de dados e de pesquisas quantitativas relacionadas à educação brasileira.

Posteriormente, com a elevação das taxas de reprovação no nosso País, começam surgir a necessidade de definição de políticas voltadas para o enfrentamento do problema de maneira que se buscasse apontar as causas e definisse possíveis estratégias de combate dessa situação. Precisamente no final da década de 80 do século XX é que ocorreram as primeiras ações voltadas para a criação de um sistema nacional de avaliação da educação básica “buscando verificar não apenas a cobertura do atendimento educacional oferecido à população, mas, principalmente, o desempenho dos alunos dentro do sistema. Tais ações levaram à subsequente institucionalização do Saeb” (BONAMINO; FRANCO, 1999, p. 108). De acordo com a análise das autoras a origem do Saeb tem a ver com as grandes demandas do Banco Mundial em que sugeriam a necessidade de implantação de um sistema de avaliação.

No Brasil, de 1987 a 1990, o Ministério da Educação investiu no desenvolvimento do Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau – Saep. Como salienta Sousa (1997), enquanto as pesquisas apontavam para as implicações educacionais e sociais da avaliação, o poder público recorria à testagem do rendimento do aluno, sendo este tomado como expressão do desempenho de escolas e sistemas. No mesmo período, a ampla difusão e discussão das teorias da reprodução cultural e social colocavam a descoberto a função seletiva e excludente da educação brasileira. A reflexão crítica marcava os debates na elaboração do novo texto constitucional. (COELHO, 2008, p. 233).

Neste sentido, no ano de 1988, o então chamado de Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau - Saep realiza uma aplicação inicial nos Estados do Paraná e Rio Grande do Norte com o intuito de testar os instrumentos e procedimentos. Porém, a falta de recursos impediu o andar do projeto, deslançando somente de forma efetiva a partir de 1990 com a viabilização do primeiro ciclo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb (BONAMINO, FRANCO, 1999).

Segundo Coelho (2008), em meados dos anos 80, a escola ainda continua a ser vista como ineficaz, incapaz de interferir positivamente na vida dos alunos, aspecto este que começa a ser identificado como campo de pesquisa em potencial no Brasil. Essa busca pela escola eficaz em que possibilite as necessidades básicas, vão ser consolidadas mais tarde na década de 90 com intuito de averiguar a eficácia da escola. Nessa mesma época surgem em destaque com impulsos externos das reformas a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, a atual UNESCO, bem como o Banco Mundial.

A grande busca pela eficácia ou qualidade da educação básica faz com que em maio de 1990 ocorresse a *Conferência Mundial Sobre Educação Para Todos*, em Jomtien, Tailândia:

O objetivo maior, na perspectiva oferecida no decorrer desse encontro, centrou-se na aquisição de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e destrezas, na formação de atitudes, no despertar de interesses e na interiorização de valores; entretanto, não se considerou em que medida esses resultados se integrariam no contexto de uma sociedade em constante transformação, sujeita à intervenção de múltiplas variáveis nem sempre previsíveis (VIANNA, 2003, P. 43).

A grande busca pela escola eficaz de qualidade juntamente com a exigência dos agentes externos e com o novo modelo de Estado (Estado Neoliberal), fizeram com que ficasse firmada ainda mais a necessidade da consolidação de um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.

Sobre o surgimento de um sistema de avaliação no Brasil, Gatti (2014) aborda que desde final dos anos 80 os pesquisadores em educação começam as discussões sobre os problemas que eram apresentados no sistema escolar. Mediante apresentações empíricas promovidas por discussões públicas havia alto índice de fracasso escolar, concomitante a essa situação, não havia dados que fosse possível apresentar o desempenho dos alunos.

De acordo com Coelho (2008) o Saep – Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º grau foi substituído em 1990 pelo Saeb – Sistema de Avaliação da Educação Básica que teve a primeira edição em 1990 e a segunda em 1993 em que era analisado o rendimento do aluno, perfil e prática docente e ainda perfil dos diretores e gestão escolar. Já em 1995 o Saeb incluiu o ensino médio e ainda as escolas particulares e para, além disso, acrescentaram em seus levantamentos dados sobre as características socioeconômicas, culturais, hábitos de estudos dos alunos e incluíram as 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e ainda a 3ª série do ensino médio.

Na mesma época, a partir de 1995, houve inclusão de exames nacionais no sistema de avaliação (Exame Nacional do Ensino Médio – Enem e Exame Nacional de Certificação de Competência de Jovens e Adultos – Enceja), bem como a evidência do sistema de estatísticas. Segundo Coelho (2008), o sistema de avaliação nacional se estendeu também aos programas de governo, como ao Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE, por exemplo.

O Saeb então passa a ser realizado de forma regular nos anos subsequentes e de acordo com Gatti (2002, p. 26) a partir do ano de 1995

adotaram-se os procedimentos preconizados pela Teoria da Resposta ao Item, que, no entender dos especialistas desta avaliação do sistema, poderia oferecer informações mais amplas sobre o repertório escolar das crianças e jovens e condições de comparabilidade em escala, o que não era possível no modelo anterior.

Conforme explicitado, a partir de 1995 passa a se ter as avaliações orientadas pelo sistema de Teoria da Resposta ao Item fazendo com que os resultados das avaliações passassem a ser comparados em escalas o que não era possível com os modelos de provas que até então estavam em vigor.

Com a promulgação da LDB (Lei nº 9.394/96) fica estabelecido no plano legal que houvesse processo de avaliação nacional de rendimento da educação escolar sob responsabilidade da União em colaboração com os sistemas de ensino com objetivo de melhorar a qualidade do ensino.

Além disso, no texto da atual LDB também ficaram definidas as competências que deveriam ser assumidas pelo Saeb, as quais estavam expressas tanto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) como também das Diretrizes Curriculares tanto para o ensino fundamental e médio, pois em ambos estava explicitada uma determinada concepção de avaliação.

A partir de 1995, o Brasil conseguiu implantar um sistema de avaliação e informação da educação por meio da reestruturação do Inep e com a realização de censos variados e testes de desempenho em todos os níveis de ensino [...]. Os dados do Saeb analisados em cada um dos anos, em que se realizou o exame desde 1995 até 2003, mostram a insuficiência (médias obtidas abaixo da média mínima satisfatória) nos índices de desempenho dos alunos quanto às habilidades e competências esperadas para cada nível de ensino. (COELHO, 2008, p. 242)

Sobre o Saeb, Bonamino e Sousa (2012) afirmam que o mesmo é configurado como uma avaliação para diagnosticar e monitorar a qualidade na educação básica brasileira. Os testes cognitivos do Saeb são com base nas matrizes de referências que essas são elaboradas, de acordo com informações e divulgação do portal do MEC, a partir de um resumo daquilo que é semelhante nas diferentes regiões brasileira.

Bonomino e Franco (1999, p. 111) apresentam uma síntese dos objetivos gerais dos diferentes ciclos do Saeb os quais estão pautados em documentos oficiais que são descritos ao final de cada objetivo. No entanto, antes de se passar para a atual configuração do Saeb julga-se pertinente apresentar seus objetivos:

Para o 1º ciclo consta que o objetivo é aprofundar a capacidade avaliativa das unidades gestoras do sistema educacional, bem como regionalizar a operacionalização do processo avaliativo e ainda propor estratégias de articulação dos resultados (Cf. MEC/INEP, s/d., p.3). Para 2º ciclo o objetivo é formular, reformular e monitorar políticas voltadas para melhoria da qualidade da educação (Cf. MEC/INEP, 1995), além de promover o desenvolvimento e aperfeiçoamento institucional, organizacional e operacional do Saeb e ainda incrementar, descentralizar e desconcentrar a capacidade técnica e metodológica na área de avaliação educacional no Brasil, enquanto que para o 3º ciclo, já em 1995, objetivava fornecer subsídios para as políticas voltadas para melhoria da qualidade, equidade e eficiência da educação no Brasil (Cf. MEC/INEP, 1995). Em relação ao 4º o objetivo é o de gerar e organizar informações sobre a qualidade, equidade e eficiência da educação nacional de forma a monitorar as políticas brasileiras.

Nessas etapas de avaliação nacional a realização dos testes era realizada com base apenas amostral e o Saeb ainda não interfere de forma direta nas escolas e nem no currículo escolar, pois não permitia medir o desempenho individual de alunos e escolas. Os autores vão apontar que como esse modelo de avaliação ainda não era capaz de apresentar a realidade de cada escola, por acontecer de maneira amostral, essa situação fez com que alguns estados e municípios sentissem a necessidade e criassem na sua própria localidade um modelo de avaliação em que fosse capaz de apresentar a realidade de cada escola:

O Estado de Minas Gerais, por exemplo, criou, em 1991, o Sistema de Avaliação da Educação Pública (Simave), e o Ceará, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (Spaece), em 1992. Várias outras iniciativas estaduais e municipais vêm sendo conduzidas desde então. No caso das unidades federadas, 14 das 27 possuíam, em 2007, sistemas próprios de avaliação (LOPES citado por BONAMINO; SOUSA, 2012, p. 377).

A existência do Saeb em conjunto com as avaliações estaduais citadas acima fez com que em 2005 fosse aprovada a Portaria n° 931, de 21 de março de 2005 que instituiu o Saeb com uma nova configuração. Assim, atualmente "o SAEB é desenvolvido pelo INEP, autarquia do MEC, sendo o primeiro empreendimento brasileiro, em âmbito nacional, no sentido de avaliar profundamente o nosso sistema educacional" (NALLO, 2010, p.77).

Em 2005, o Ministério da Educação reformulou o Saeb pela Portaria n° 931, de 21 de março de 2005, desde então o Sistema de avaliação da educação básica passa a ser composta por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb/Saeb) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil, por ter caráter universal.

De acordo com Oliveira (2011) e Bonamino (1999, 2012), a Aneb continuou com os procedimentos da avaliação de forma amostral das escolas públicas e também privadas, com olhar focado na gestão da educação básica. A Prova Brasil, desta feita, passou a avaliar de maneira específica as escolas públicas que atendessem a critérios de quantidade mínima de estudantes na série avaliada, permitindo gerar resultados por escola.

Para o INEP – mais tarde em 2013, foi incorporada ao Saeb a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), com o objetivo de verificar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e Matemática para aferir informações sobre o PENAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Dessa forma atualmente o Saeb é composto por três avaliações externas em larga escala: Aneb, Anresc (Prova Brasil) e ANA.

Previsões para o Saeb

De acordo com uma reportagem publicada na Revista Nova Escola, fruto de uma palestra intitulada "A BNCC e as avaliações externas da Educação Básica", durante a Bett Educar, realizada por Maria Inês Fini, a atual presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), observa-se que há indícios de que o atual modelo do Saeb passará por algumas mudanças significativas.

É importante explicitar que estudos apontam que a Revista Nova Escola apresenta reciprocidade com as políticas públicas educacionais, observemos:

Os gêneros e discursos apresentados na revista *Nova Escola* mostram-se em perfeita equivalência de funcionalidade, pois tem objetivos comuns: informar e convencer o professor-leitor sobre temas educacionais propostos pelas políticas públicas. As informações encontram-se nas entrevistas com personagens de participação relevante no contexto educacional. (Silva, 2009, p.51)

Desta forma observa-se que a Revista Nova Escola vem cumprindo com papel de meio de divulgação das políticas públicas educacionais, e que na maioria das vezes a mesma trás participações de pessoas que possuem uma válida vivência e atuação no contexto público educacional.

Sendo assim, feita análise deste periódico, observamos indícios de mudanças no atual contexto de políticas públicas educacionais, na ocasião, mudanças no Saeb. De acordo com uma divulgação, em 10 de maio de 2018, da revista Nova Escola, a atual presidente do INEP afirmou que o modelo vigente do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) passará a ser composto pela Avaliação Nacional de Educação Infantil (ANEI), a ANA aos alunos do 2º ano do Fundamental, a Prova Brasil para 5º e 9º anos e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

A presidente do INEP divulgou que nunca em toda história das Avaliações em Larga Escala no Brasil, existiu uma avaliação destinada à Educação Infantil, porém a meta é que a mesma já passe a entrar em vigor a partir de 2021. "A perspectiva é de que a Avaliação Nacional da Educação Infantil (ANEI), como será chamada, avalie as condições de oferta da etapa de ensino." (SEMIS, In: Revista Nova Escola, 2018, p. 1.).

Além da inserção de uma avaliação destinada aos alunos da Educação Infantil, as avaliações que já estão em vigor passarão por algumas mudanças para atender as novas exigências da BNCC:

- A ANA, avaliação que era destinada aos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental, turma em que ocorria o fechamento do Ciclo da Alfabetização será antecipada para o 2º ano, uma vez que o ciclo da Alfabetização irá encerrar nesta série, de acordo com a BNCC para o Ensino Fundamental aprovada no final de 2017;

- A Prova Brasil, continuará sendo aplicada aos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, porém, passará a contemplar a partir de 2021 a disciplina de Ciências, além de Língua Portuguesa e Matemática;

- "Já o Enem, que só deverá sofrer alterações dois anos após a aprovação da Base do Ensino Médio, deverá avaliar apenas a parte obrigatória do currículo da etapa. Os itinerários formativos ficarão de fora do exame." (SEMIS, In: Revista Nova Escola, 2018, p. 2.)

Algumas considerações

Conforme anunciado no início deste ensaio, este texto apresentou como objetivo discorrer sobre as mudanças previstas para o Sistema de Avaliação da Educação Básica após homologação da BNCC para Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Ficou constatado mediante publicação da Revista Nova Escola, em 10 de maio deste ano, que o Saeb passará por algumas modificações, entre elas a que se considera de maior relevância será a inserção da Educação Infantil no processo avaliativo em Larga Escala. Justifica-se o termo "maior relevância", pois a Educação Infantil ainda é a única etapa da educação básica que não faz parte do Saeb.

Na pesquisa que resultou na dissertação à qual se inicia fazendo referência ao início deste ensaio, constatou-se mediante análise de discursos obtidos por meio de entrevistas com professores do 5º ano do Ensino Fundamental de escolas da rede pública municipal de Rio Branco, que há uma grande crítica na forma como as avaliações em Larga Escala vem sendo desenvolvida e gerida através dos testes em larga escala de forma censitária que resultam em informações meramente quantitativas e mensuráveis. O estabelecimento de metas, os testes em larga escala e a divulgação dos resultados por escola são políticas disciplinares que acabam transferindo para a escola e os professores a plena responsabilidade pela qualidade educacional, fazendo com que as práticas pedagógicas e o currículo escolar sejam estreitados para aquilo que é cobrado nessas avaliações.

Desta forma, compreende-se que o processo de Avaliação em Larga Escala será antecipado para etapa inicial da Educação Básica e se o currículo escolar está sendo estreitado para adaptar conteúdos e disciplinas cobrados nas avaliações que já estão em vigor, é bem provável que isso ocorra também com a Educação Infantil, interferindo na essência desta etapa: "conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se." (BNCC, 2017, p.25). Fato este, que só poderá ser comprovado mediante estudos e pesquisas após aplicação da avaliação, que está prevista para acontecer em 2021.

Referências Bibliográficas

AFONSO, Almerindo Janela. **Nem tudo o que em educação é mensurável ou comparável** Crítica à *accountability* baseada em testes estandarizados e rankings escolares. Revista Lusófona de Educação, 2009, 13-29

BAUER, A.; ALAVARSE, O. M.; OLIVEIRA, R. P. Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1367-1382, dez., 2015. Disponível em :<<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201508144607>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

BONAMINO, Alicia; FRANCO, Creso. **Avaliação e política educacional**: O processo de institucionalização do Saeb. Cadernos de Pesquisa, nº 108, novembro/1999.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil**: interfaces com o currículo da/na escola. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

BRASIL, **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996 que Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – Documento preliminar. MEC. Brasília, DF, 2017.

_____. **Portaria nº 931, de 21 de março de 2005** Estabelece Instituição do Sistema de Avaliação da Educação Básica. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 22 mar. 2005.

BROOKE, Nigel. **O Futuro das Políticas de Responsabilização Educacional no Brasil**. In: Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 128, p. 377-401, maio/ago. 2006.

COELHO, Maria Inê Matos. **Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil** aprendizagens e desafios. Ensaio: aval. pol.públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 229-258, abr./jun. 2008.

COSTA, Daianny Madalena. **Avaliação educacional em larga escala**: a opção pela democracia participativa. JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS. N° 6 | Julho–dezembro DE 2009 | PP. 12–21

DURLI, Zenilde; SCHNEIDER, Marilda Pasqual. **Regulação do currículo no ensino fundamental de 9 anos**. Revista Contrapontos - Eletrônica, Vol. 11n. 2 - p. 170-178 / mai-ago 2011 Disponível em <<<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/2665>>>. Acesso em: 12 de out. de 2015.

FREITAS, Luiz Carlos... [et. al.] **Avaliação educacional**: caminhando pela contramão. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GATTI, Bernardete A. **Avaliação educacional no Brasil**: pontuando uma história de ações. EccoS Revista Científica, vol. 4, núm. 1, junho, 2002, pp. 17-41 Universidade Nove de Julho São Paulo, Brasil.

_____. **Avaliação**: contexto, história e perspectivas. In: Olh@res, Guarulhos, v. 2, n. 1, p. 08-26. Maio, 2014. Disponível em <<file:///C:/Users/Polivalencia_03/Downloads/202-2557-1-PB.pdf>>. Acesso em: 17 jul.2015.

HYPOLITO, Álvaro M.; VIEIRA, J. S.; PIZZI, Laura C. V. **Reestruturação curricular e auto intensificação do trabalho docente**. In: Currículo sem

Fronteiras, v.9, n.2, pp.100-112, Jul/Dez 2009. Disponível em: <<<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss2articles/hypolito-vieira-pizzi.pdf>>>. Acesso em: maio de 2016.

NALLO, Rita de Cássia Zironi Di. **Avaliação externa: estratégias de controle ou inclusão?** Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2010.

OLIVEIRA, Ana Paula de Matos. **A Prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal**. Dissertação (mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual. **Políticas de avaliação em larga escala e a construção de um currículo nacional para a educação básica** EccoS – Rev. Cient., São Paulo, n. 30, p. 17-33, jan./abr. 2013. Disponível em : <<[http:// link.periodicos.capes.gov.br](http://link.periodicos.capes.gov.br)>>

SEMIS, L. Educação Infantil ganhará avaliação nacional. In: Revista Nova Escola. 10 de maio de 2018. Disponível em : <<https://novaescola.org.br/conteudo/11729/educacao-infantilganharavaliao-nacional>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

PACHECO. J. A, et al. **Avaliação externa das escolas: Quadro teórico/ conceptual**. 2014.

SILVA, D. A. B. M. A MÍDIA A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO: A REVISTA NOVA ESCOLA. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação e Educação, Universidade de Marília, Marília.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Avaliações Nacionais em Larga Escala: análises e propostas**. Estudos em Avaliação Educacional, n. 27, p. 41-76, jan-jun/2003.

[1] Professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre/UFAC. Possui mestrado em Educação também pela UFAC e pesquisadora no "Núcleo de Estudo e Pesquisa em Política Educacional, Gestão e Financiamento da Educação.

[2] Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação –UFAC.

[3] Professora do Ensino Básico da rede pública estadual e municipal de Rio Branco/Acre. Possui mestrado em Educação pela UFAC e pesquisadora no "Grupo de Pesquisa em Cultura Escolar e Trabalho Docente".

[4] De acordo com Brooke (2010), O relatório de Coleman (1966) foi uma iniciativa do governo norte-americano, primeiro estudo em larga escala, por suspeitar que existia uma distribuição desigual em relação a qualidade entre escolas, desigualdades essas que condicionavam oportunidades educacionais e ocupacionais das pessoas. O que se esperava com esse relatório, era que se encontrasse divergências na aprendizagem dos estudantes que fosse correspondido as desigualdades encontradas entre as escolas, e assim houvesse explicação da razão dos estudantes negros e mais pobres terem o rendimento menor. O resultado desse relatório foi que não havia muita diferença entre as escolas em si e que na verdade os fatores mais relevantes em relação aos resultados dos alunos e suas oportunidades de vida, dizia respeito ao seus antecedentes, tanto étnicos como sociais. Mediante análise de Brooke, esse resultado fez com que alguns autores acreditassem que as escolas não faziam muita diferença, ou seja, as escolas em geral possuíam incapacidade no combate às desigualdades.

[5] O relatório de Plowden, foi também uma iniciativa de avaliação em larga escala, nessa feita desenvolvida por demanda do Poder Público da Inglaterra. O mesmo procurou investigar "à descrição do estado da arte da pesquisa sobre a qualidade da escola primária" (BROOKE, SOARES, 2011, p.594). Com esse relatório se teve a conclusão de que "dentre as variáveis consideradas no estudo, a atitude dos pais era a que mais se correlacionava com o sucesso discente, também aferido por testes padronizados, especialmente em leitura e matemática" (BROOKE, SOARES, 2011, p.594).